

## **Práticas pedagógicas antirracistas: caminhos possíveis**

*Anti-racist pedagogical practices: possible paths*

*Prácticas pedagógicas antirracistas: caminos posibles*

Marlon Jeferson da Silva Santos<sup>1</sup>

### **Resumo**

O artigo tem como principal objetivo provocar uma reflexão acerca do silenciamento do racismo no ambiente escolar, destacando suas consequências negativas, como a auto rejeição, depressão e baixa autoestima entre os estudantes negros. Propõe a implementação de práticas pedagógicas antirracistas como meio de combater o racismo na escola, destacando o papel crucial dos professores e professoras na criação de ferramentas eficazes para eliminar o racismo e fomentar uma educação justa e igualitária.

**Palavras-Chave:** Prática pedagógica antirracista. Lei 10.639/03. Racismo escolar.

### **Abstract**

The main objective of the article is to provoke reflection on the silencing of racism in the school environment, highlighting its negative consequences, such as self-rejection, depression and low self-esteem among black students. It proposes the implementation of anti-racist pedagogical practices as a means of combating racism at school, highlighting the crucial role of teachers in creating effective tools to eliminate racism and promote fair and equal education.

**Key-words:** Anti-racist pedagogical practice. Law 10,639/03. School racism.

---

<sup>1</sup> Mestre em Artes Cênicas pela UFSJ. E-mail: ar.marlonsantos@gmail.com.

### **Resumen**

El principal objetivo del artículo es provocar una reflexión sobre el silenciamiento del racismo en el ámbito escolar, destacando sus consecuencias negativas, como el autorrechazo, la depresión y la baja autoestima entre los estudiantes negros. Propone la implementación de prácticas pedagógicas antirracistas como medio para combatir el racismo en la escuela, destacando el papel crucial de los docentes en la creación de herramientas efectivas para eliminar el racismo y promover una educación justa e igualitaria.

**Palabras-Clave:** Práctica pedagógica antirracista. Ley 10.639/03. Racismo escolar.

## INTRODUÇÃO

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000).*

O presente texto tem como objetivo apresentar questões relevantes acerca do silenciamento do racismo no espaço escolar e as reverberações negativas ocasionada pelo mesmo, além de propor uma reflexão sobre as relações étnicas e a promoção da educação igualitária por meio de práticas pedagógicas que combatam a discriminação racial no ambiente escolar.

Estudos comprovam que a existência do racismo na sociedade de modo geral, e principalmente na escola, provocam nos indivíduos negros uma sensação de auto rejeição resultando em depressões, baixa autoestima e a negação de suas raízes afrodescendentes, podendo ainda, gerar abalos psicológicos capazes de provocar censuras e apagamentos da identidade cultural desse sujeito.

É evidente que o silêncio sobre questões raciais no planejamento escolar não estimula as relações interpessoais entre as diversas identidades que ocupam o espaço educacional, proporcionando assim, um ambiente favorável à discriminação e ao preconceito racial, uma vez que a escola ainda faz a manutenção de um currículo euro-colonial que não permite a inserção de epistemologias outras (afro-brasileiras e indígenas por exemplo), favorecendo assim, um cenário propício para a manutenção de atitudes racistas no ambiente escolar.

Uma das possibilidades para erradicar o racismo na escola é combatendo-o por meio de práticas pedagógicas promotoras da igualdade racial, capazes de despertar em todos os estudantes a consciência para a valorização da cultura negra, garantindo e assegurando os princípios da Lei 10.639/03 sancionada no ano de 2003, que modifica a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996, incluindo

“(…) no cenário educacional brasileiro os estudos de Histórias da África e da Cultura Afro-Brasileira, a serem ministrados em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes públicas e privada, obrigatoriamente contemplados no currículo escolar, com

especial atenção nas áreas de História, Literatura e Educação Artística (MICHALISZYN, 2014, p. 107).

É importante ressaltar que a lei não surgiu por acaso, ela é fruto de uma luta histórica onde os movimentos sociais negros atuaram de forma significativa para a obtenção dessa conquista. Ao entrar em vigor no ano de 2003, a lei toma como objetivo a demanda por reparações nos direitos da população negra, visando que o estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os afrodescendentes dos danos psicológicos, sociais, materiais e principalmente educacionais, resultantes do sofrimento durante o regime escravista no Brasil.

Porém, é importante salientar que, mesmo após 20 anos passados de implementação da Lei 10.639/03, a escola ainda mantém a centralidade do currículo em saberes universais hegemônicos determinados pelo eurocentrismo dominante, deturpando os princípios da mesma. Dessa forma, as ações pedagógicas acerca da diversidade étnica na escola, mesmo com a instituição da lei, continuam sendo panfletárias, vendidas, estereotipadas, unilaterais e mentirosas, que não acontecem verdadeiramente. O negro continua sendo pauta apenas na “Semana da Consciência Negra” em novembro, e depois, os conteúdos retornam para as epistemes eurocêntricas. Infelizmente a escola tem data e período para tratar de modo superficial essas temáticas que não são inseridas de fato no currículo e em seu projeto político-pedagógico.

Sendo assim, acreditamos ser necessário desenvolver ações afirmativas que tenham como principal objetivo combater a exclusão histórica destinada aos povos originários e ao negros africanos escravizados que nega a contribuição dos mesmos para a formação identitária do povo brasileira, reconhecendo e valorizando seus princípios ao desenvolver práticas pedagógicas afirmativas que podem contribuir para uma educação antirracista.

Portanto, neste trabalho, iremos sugerir propostas pedagógicas voltadas para a valorização da identidade, das memórias e das culturas negras, caminhando na contramão deste currículo mantenedor de epistemologias eurocêntricas.

## O SILÊNCIO ESCOLAR SOBRE O RACISMO

Na introdução do livro *“Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*<sup>2</sup>, escrita pela Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Eliane dos Santos Cavalleiro<sup>3</sup>, há uma rica argumentação sobre o silêncio escolar e como o mesmo pode tornar-se um fator extremamente negativo na construção identitária dos alunos negros. Segundo Cavalleiro (2005), o silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores.

É necessário evidenciar que esse silêncio é histórico e social, portanto, não se limita à escola, mas está presente em todos os segmentos da sociedade: casa, trabalho, religião, relações interpessoais, dentre outros. Além de estar presente também nos meios de comunicação de massa (rádio, jornal, televisão, revistas, internet e outdoors) que acabam evidenciando o racismo, criando uma imagem estereotipada do negro, associando-o muitas vezes ao trabalhador braçal, à empregada doméstica, ao ladrão, ao traficante, à mulata, enfatizando um registro embranquecido da sociedade.

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações (ALMEIDA, 2019, p. 65).

A escola quando escolhe não abordar temas voltados para a diversidade étnica, a valorização da cultura negra, o respeito às diferenças, opta por excluir os grupos subalternos e reforça a superioridade de um saber eurocentrado em detrimento de outros. Ela então corrobora para a perpetuação da “colonialidade do saber” (MALDONADO-TORRES, 2020) que deslegitima e nega outras formas de produção

2 Este material integra a coleção “Educação para todos” (2005), desenvolvida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, junto ao Ministério da Educação.

3 Possui Mestrado em Educação, pela Faculdade de Educação - USP (1998) e Doutorado também pela Faculdade de Educação - USP (2003). Foi consultora UNESCO - Oficina Regional de Educação para América Latina e Caribe/OREALC (2005), responsável pelo desenvolvimento da pesquisa: Discriminación y Pluralismo: Valorando la Diversidade em la Escuela. Atuou como Coordenadora Geral de Diversidade e Inclusão Educacional, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação

de conhecimento, epistemologias outras, tidas como inferiores, reforçando estigmas sociais e o sentimento de inferioridade, apresentando aos estudantes “(...) um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins (...)” (ALMEIDA, 2019, p. 65).

O racismo no ambiente escolar é fruto da ausência de uma reflexão sobre as relações raciais que deveria estar presente no planejamento e em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem, como afirma Cavalleiro (2005, p.12): “(...) como professores(as) ou cidadãos(ãs) comuns, não podemos mais nos silenciar diante do crime de racismo no cotidiano escolar, em especial se desejamos realmente ser considerados educadores e ser sujeitos de nossa própria história”. Quando nos calamos diante do racismo estamos de alguma forma sendo coniventes com a propagação do mesmo.

Nós, educadores, somos referência para a formação de opinião dos alunos e de outros atores que habitam a escola. Segundo Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023, p. 24) “(...) professores e professoras são esses ‘doadores de memórias’ com o papel de transmitir socialmente às novas gerações um legado cultural sistemático que tanto nos impulsiona no sentido do desenvolvimento humano (...)”. Fato é que, a nossa atuação promove junto a estes sujeitos a construção de conhecimentos, ampliando suas visões de mundo, além de contribuir para o desenvolvimento de suas humanidades, escolher não abordar tais temáticas é de certo modo, contribuir para a perpetuação do racismo dentro da escola, portanto, não podemos mais nos silenciar diante das violências raciais existentes neste espaço. É necessário romper com essa estrutura colonial ainda dominante.

O legado eurocêntrico presente em nossa história e na constituição de nossa identidade como nação por muito tempo negou e escondeu os traços da influência africana que indubitavelmente carregamos. Romper com esse modelo sem dúvida nos permitirá rever nossa própria história e desvendar nossa essência. Trata-se, portanto, de uma exigência básica de cidadania (MICHALISZYN, 2014, p. 113).

A Lei 10. 639/03 abriu caminhos para que hoje possamos efetivamente propor uma educação antirracista que combata a discriminação racial, porém, é necessário que façamos a nossa parte na luta pela igualdade de direitos, sendo assim, é importante pensarmos na construção de propostas pedagógicas que possam combater o racismo no

espaço escolar. Para que isso aconteça devemos nos questionar e avaliar as nossas práticas e ações cotidianas, só assim iremos perceber lacunas que necessitam de intervenções.

Trata-se de uma perspectiva de intervenção na história e nos processos educativos que nos possibilita compreender que o respeito à diferença não implica a transformação do outro no que somos, tampouco que devemos ser tal qual o outro é. Ao contrário, trata-se de compreender e aceitar que o outro é o que não somos. Trata-se de evidenciar, na identidade nacional, nossas raízes, reconhecendo a presença e respeitando as contribuições culturais trazidas por diferentes povos e etnias que constituem a identidade do povo brasileiro. Eis a riqueza dessa lei: ela exige um novo olhar para nós mesmos, sobre o outro e sobre as nossas diferenças (MICHALISZYN, 2014, p. 109).

Enegrecer, diversificar e pluralizar o currículo podem ser caminhos possíveis para descolonizar a escola. Para isto, é necessário incorporarmos em seu projeto político-pedagógico ações afirmativas “(...) bem como a revisão de conteúdos presentes em materiais didáticos antes carregados de um discurso ideológico discriminatório e visivelmente racista (...)” (MICHALISZYN, 2014, p. 111), estas ações “(...) irão gradativamente eliminar o sentimento de inferioridade e o estigma social e psicológico vivido pelas populações indígenas, africanas e afrodescendentes residentes no Brasil” (p.111), desconstruindo assim, a partir de práticas pedagógicas antirracistas, as hegemonias eurocêntricas dominantes.

Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), define práticas antirracistas como sendo “(...) aquelas voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/destruição” (PINHEIRO, 2023, p. 89). A partir de Bárbara Carine, compreendemos que a denúncia ao racismo é um fator primordial para a desconstrução deste currículo euro-colonial que perpetua os saberes de um único grupo social – tido historicamente como superior, em razão de todo processo colonial e da modernidade/colonialidade.

Mediante ao exposto, acreditamos ser necessário partir de uma questão central capaz de motivar a criação de práticas pedagógicas antirracistas. Nesta investigação optamos pela seguinte pergunta: **em quais espaços encontramos a discriminação racial no ambiente escolar?**

A resposta para essa pergunta norteará nosso trabalho, a mesma é um tanto quanto óbvia, uma vez que é possível constatar que o racismo esta presente em todas as

relações interpessoais de todos os atores que integram o espaço escolar, na relação professor-aluno por meio de tratamentos diferenciados que hierarquizam o pertencimento social dos educandos, nos materiais didático-pedagógicos (livros, revistas, jornais, dentre outros) que em geral apresentam apenas pessoas brancas com referências positivas, onde o negro sem exceção protagoniza sua aparição apenas para ilustrar o período escravista ou para ilustrar situações de subserviência e inferioridade, ou de desprestígio social (CAVALLEIRO, 2005, p.13).

## **POSSÍVEIS CAMINHOS**

Antes de adentrarmos à análise das práticas pedagógicas voltadas à desconstrução do pensamento colonial na escola, devemos reconhecer a importância de promover um diálogo aberto acerca dessas questões com os alunos e toda a comunidade escolar (servidores, professores, pedagogos, gestores e familiares), evidenciando que nosso país é multirracial e consecutivamente será multicultural, formado pela mistura de raças, crenças e costumes variados. Por isso, é importante que

“(...) tenhamos em mente que o processo educativo que valoriza e se preocupa com a diversidade de ser marcado pelo ato de ponderar sobre as relações sociais estabelecidas na escola e pela constante reflexão sobre as diferenças, a desigualdade social e suas consequências” (MICHALISZYN, 2014, p. 106).

Para que esses valores sejam de fato respeitados, devemos garantir aos nossos alunos informações e vivências significativas capazes de desmontar esses pré-conceitos, uma vez que estes só existem devido à falta de conhecimento e informação sobre o assunto e conseqüentemente criamos ideias preconcebidas, logo, somente o conhecimento raso e artificial cumprirá esse papel de representação de determinado tema ou assunto.

Diante da missão da desconstrução de conceitos predefinidos podemos começar pelos fatos apresentados nos livros de história onde predomina uma visão branca e eurocêntrica em detrimento da propagação da cultura e história dos negros e do continente africano, uma vez que “aprendemos” nesses livros que é a Europa o berço da cultura e, devido a essa visão eurocêntrica e embranquecida, acabamos por ignorar ou de não tomar conhecimento do que de fato é a África e de todo o seu valor para a formação da identidade cultural brasileira.



Os livros didáticos, que começaram a ser modificados a partir, principalmente, da Lei 10.639/03, veicularam sem problemas, por muito tempo, imagens estereotipadas dos negros e quilombolas, ignorando as mulheres na ciência e na história e outros tipos de conhecimento. Ao excluir os saberes de outras culturas, a escola atua reforçando a opressão dos grupos sociais subalternos e reproduz a colonialidade com a noção de conhecimentos superiores e inferiores, que merecem fazer parte dos conteúdos ou não (RIBEIRO, 2018, p. 54).

Durante muito tempo, os livros didáticos apresentaram imagens pejorativas e subalternas do negro, associando-o à escravidão e a subserviência. Mas, se investigarmos historicamente, veremos que a África é uma das bases mais importantes para a construção de nossa cultura, fazendo-se presente na música e ritmos, na culinária, na linguagem, nas artes marciais representada pela capoeira, na dança, na religião, no canto, enfim, toda essa diversidade cultural de origem africana contribuiu para a constituição da cultura brasileira.

Outra situação corriqueira comum de acontecer no espaço educacional, especificamente em sala de aula, são os xingamentos e expressões pejorativas direcionadas aos alunos negros, tais como: *urubu*, *macaco*, *picolé de asfalto*, *boneca de piche*, *filhote de cruz-credo*, *carvãozinho*, *cabelo de Bombril*, *Mussum*, *Vera Verão*, dentre outros, são insultos verbais preconceituosos, discriminatórios e racistas, que além de constranger, apaga a subjetividade desses alunos, numa tentativa de “(...) transformá-los em animais irracionais ou coisas, não sujeitos sociais (...)” (CAVALLEIRO, 2005, p. 13).

Quando nos encontramos expostos a essas situações, muitas vezes não sabemos lidar com elas. Sendo assim, iremos sugerir algumas possibilidades que podem colaborar para a criação de práticas pedagógicas antirracistas capazes de desenvolver a promoção da igualdade racial combatendo o racismo no ambiente escolar<sup>4</sup>:

1- Realizar dinâmicas e práticas que envolvam todos os alunos, principalmente as que exploram características físicas como por exemplo as variedades de tons de pele, explicitando a diversidade étnica que podem existir naquele determinado grupo de pessoas. Uma ação que pode ser desenvolvida é uma atividade lúdica voltada para as Artes Plásticas, que consiste em questionar o aluno sobre suas características físicas

---

<sup>4</sup> Ressalto que as proposições são sugestões de práticas experienciadas que não tem a pretensão de ser uma “receita de bolo”.

individuais e se elas se assemelham com as de seus colegas, tais como: nariz, cabelo, olhos, tom de pele. Após essa investigação sobre as cores e os traços físicos, os alunos podem produzir autorretratos salientando as diferenças e explorando as cores que podem corresponder aos diversos tons de pele<sup>5</sup>.

2- Usando da linguagem teatral por meio de jogos de improvisação, podemos construir cenas e esquetes, que retratam situações racista, não para enfatizá-las, mas para explicitá-las mostrando que elas existem e que devemos combatê-las.

3- Propiciar o contato do educando com obras de arte feitas por artistas e escritores negros, despertando no aluno negro uma possibilidade de se espelhar nesses exemplos, podendo se reconhecer neles, mostrando a existência dos mesmos nas diversas áreas como na música, dança, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, filosofia, educação, dentre outras.

4- Exibição de filmes e documentários que tratam de temas afros, que abordem a cultura, os costumes, a crença e a religiosidade deste povo. Nesse tópico iremos destacar duas referências que podem ajudar nessa ação, a primeira pode ser trabalhada com alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, que é o documentário “Atlântico negro: na rota dos Orixás”<sup>6</sup>, obra que trata da riqueza cultural africana, sobretudo sua religiosidade, além de mostrar a importância do continente africano na construção da sociedade brasileira. A segunda referência é o filme em formato de animação “Kiriku e a Feiticeira” que pode ser trabalhado com alunos do Ensino Fundamental I e II. A obra retrata uma lenda africana, onde um recém-nascido superdotado que sabe falar, andar e correr muito rapidamente se incumbem de salvar a sua aldeia da maldade de Karabá, a feiticeira. Após a exibição de ambas as referências podem ser criados debates acerca das questões que surgiram durante a atividade, sempre mediadas pelo professor.

As sugestões anteriores, podem ser entendidas como um ponto de partida para pensarmos em práticas pedagógicas antirracistas no espaço escolar, uma vez que não são enrijecidas e portanto podem ser modificadas, transformadas, de forma que se enquadrem nas mais diversas possibilidades e realidades, rumo a construção de um planejamento escolar que trate de questões étnicas e raciais e que não as ignorem, para

---

5 Proposta inspirada na atividade “Qual é a cor da pele” que pode ser encontrada no site: <https://novaescola.org.br/conteudo/3490/qual-e-a-corda-corda-pele>.

6 Filme produzido no ano de 1998, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=50aKxwgSUiE>

que não exista mais silenciamentos acerca do racismo escolar. Ele existe e devemos denunciá-lo e combatê-lo, para que possamos, enfim, destruí-lo.

## CONCLUSÃO

Levando em consideração todos os aspectos e fatos mencionados neste trabalho, devemos voltar o nosso olhar para o silenciamento diante de ações e atitudes racistas presentes no espaço escolar, para combatê-las e não ignorá-las como se fossem apenas “brincadeiras”. Não podemos nos calar. Não podemos mais ignorar o racismo existente na sociedade e principalmente aquele que habita a escola, este sim, podemos e devemos criar ferramentas para erradicá-lo.

Quando pensamos e agimos em prol de uma educação antirracista, estamos criando forças para uma luta que é a da erradicação do racismo no ambiente escolar, objetivando assim, uma educação que promova e reconheça a importância e a valorização da história e cultura Africana e Afro-brasileira.

Nós, professores e professoras, temos o dever de agregar em nossas práticas e em todo o currículo pedagógico proposições que combatam a discriminação e o preconceito racial. A Lei 10.639/03 não pode ficar só no papel como diversas outras leis, ela deve ser factual, se fazer presente no ambiente educacional, pois só assim caminharemos para uma sociedade justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005. 204 p. (número de consulta: 379.260981 S959 2. ed. / 2005).

CAVALLEIRO, Eliane Santos. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação antirracista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos).

MALDONADO- TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-

TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. p. 27 – 53.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.

RIBEIRO, Débora. **Decolonização do currículo e a lei 10.639/03 diante da interculturalidade funcional orientada pelas políticas internacionais**. In: Antonella Carvalho de Oliveira. (Org.). *Grandes Temas da Educação Nacional* 2. 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018, v. 2, p. 51-66.